

# FREI JOÃO DOS PRAZERES, O. S. B. A POLÉMICA MONÁSTICA E A LITERATURA EMBLEMÁTICA

Por **Geraldo J. Amadeu Coelho Dias**

## 1.º — Os Beneditinos no Porto

A história económica e social demonstra que, depois do censo geral dos fogos em tempo de D. João III (1527-1531), a cidade do Porto deu um salto quantitativo e qualitativo cotando-se como a segunda cidade do Reino. A nível eclesiástico, isso verifica-se com o desdobramento da freguesia da Sé, em 1583, criando-se as novas freguesias da Vitória, S. Nicolau e S. João de Belmonte.

Contemporaneamente a este surto demográfico com reflexos na expansão urbana e ultramarina, surge uma grande preocupação pela revitalização cristã e restauração monástico-religiosa. É o tempo da fundação dos Seminários Conciliares e da reforma das Congregações Religiosas. De facto, entre 1563-1580 decorre em Portugal o período charneira da reforma e reorganização congregacionista. A Ordem Beneditina foi a primeira a ser abrangida por esta onda reformatória. Incrementou-a El-Rei D. Sebastião que até abdicou dos bens monacais do padroado régio em favor da Congregação reformada (doação de 22/1/1578). Apareceu assim a «Congregação dos Monges Negros do Reino de Portugal e Principado do Brasil» erecta por Pio V com a bula *In eminenti dignitatis apostolicae* (30/IV/1566) e confirmada pela bula *Ex injuncto nobis* (26/X/1567).

Para solidificar a reforma monástica e em consonância com o fenómeno geral do desenvolvimento urbano e expansão ultramarina, quiseram os beneditinos portugueses ultrapassar o regionalismo rural estagnante dos seus mosteiros acantonados no rincão de Entre-Douro e Minho. Assiste-se então a uma avançada monacal de cidade em cidade, de Norte a Sul e até ao Brasil. É dentro deste contexto que a Congregação Beneditina faz levantar na cidade do Porto, como polo significativo da sua presença no Norte mas também como eixo de ligação com as recentes fun-

dações do Sul, o imponente e belo mosteiro de S. Bento da Vitória, aliás o último da série das novas fundações. Decidida a construção no Capítulo Geral de 6/V/1596, aplicando-se-lhe as rendas do mosteiro de Pendorada e obtida a licença da Câmara do Porto a 18/I/1597, pouco depois ela começava no terreno abandonado pela comuna judaica, dentro das muralhas, junto à Porta do Olival. A fachada ficou intencional e arrogantemente virada para a Sé e Paço Episcopal num desafio altaneiro de grandiosidade arquitectónica e num despique de influência religioso-pastoral: «Vertice fundatur noviter Benedictus in alto//ut sit praeclarae nobilis urbis apex»<sup>1</sup>. No morro da Vitória, o mosteiro de S. Bento da Vitória tornou-se bem depressa um centro de cultura e um lugar procurado de assistência religiosa e sócio-caritativa. Para a própria Ordem, tornou-se também um íman de atracção de vocações, enquanto sinal vivo de realização dum ideal cristão e cultural, uma «ilustre e virtuosa palestra»<sup>2</sup>. Poder-se-ia abrir aqui e alargar agora a longa teoria de monges beneditinos nascidos dentro dos muros do Porto na Época Moderna, para os quais S. Bento da Vitória foi catalizador vocacional e alfofre fecundo e acrisolado de realização pessoal. Vamos, todavia, limitar-nos à figura de Fr. João dos Prazeres, um dos valores culturais dos beneditinos da antiga Congregação e portugalense ilustre do Seiscentismo.

## 2.º — Vida e obra de Fr. João dos Prazeres

Nasceu na zona ribeirinha do Porto, freguesia de S. Nicolau, a 31/VIII/1648, filho de Francisco Alvares e Ana Barbosa, e foi baptizado com o nome de João Alves<sup>3</sup>. Não pertencendo a família, nobre, estava certamente ligado ao estracto social dos burgueses que era o mais influente da cidade. Com 14 anos vestiu o hábito beneditino em Tibães (4/V/1662), estudando depois filosofia no mosteiro de S. Miguel de Basto e teologia no Colégio de S. Bento em Coimbra. «Nas andas literárias» mostrou logo uma viveza extraordinária que se veio a confirmar nos estudos que publicou

<sup>1</sup> Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*. Introdução e notas críticas de José Mattoso. Tomo II, Lisboa, 1974, p. 434.

<sup>2</sup> D. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*. T. III, Lisboa, 1933, p. 178.

<sup>3</sup> Sobre Fr. João dos Prazeres consultar: Fr. Marceliano da Ascensão, *(Cardeal Saraiva)*, *Catálogo dos Escritores Beneditinos da Congregação de Portugal*. Manuscrito do Arquivo Saraiva (Família); Idem, *Apontamentos Beneditinos*. Ms. do Arquivo de Singeverga; Fr. Marceliano da Ascensão, *apontamentos bio-bibliográficos de Beneditinos ilustres*, n.º 36, in *Vários Papéis*. Ms. da B. P. M. Porto, n.º 871; Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.ª edição. T. II. Lisboa, 1933 (1.ª, 1747); Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. T. IV, Lisboa, 1860; T. X (3.º do Suplemento), Lisboa, 1833.

e nos cargos que exerceu. Foi Pregador Geral em Lisboa e Porto e Cronista Mor da Congregação (1683), cargo em que sucedeu a Fr. Rafael de Jesus O.S.B. elevado a Cronista Mor do Reino e único historiador não cisterciense da *Monarquia Lusitana*.

Pormenores sobre a vida e actividade de Fr. João dos Prazeres não chegaram até nós; apenas sabemos que, nos últimos anos de vida (1700), foi dominado por uma profunda e doentia melancolica que rapidamente lhe tirou o juizo, consequência duma queda com traumatismo craniano. Faleceu no mosteiro do Couto de Cucujães (4/III/1709), com 61 anos de idade e 47 de vida monástica. De seus méritos literários falam elogiosamente os *Apontamentos Benedictinos*: «A summa applicação ao estudo das letras humanas, da história sagrada e profana o fez conhecido na República das Letras e geralmente estimado entre os sábios. A graça de dizer, a elegância do estilo, a nobreza sublime de suas ideias e a sua vasta e profunda erudição, e emprego literário de Pregador Geral Jubilado, especialmente o de Cronista Mor da sua ilustre Congregação, com que esta quis justamente premiar a sua grande literatura; tudo isto foi honroso estímulo para aperfeiçoar o seu raro engenho, cujas luzes se manifestam e não se podem esconder aos olhos de todo o mundo em as obras que imprimiu...»<sup>4</sup>. Na verdade, deu à imprensa algumas obras e deixou ainda alguns manuscritos preparados para a impressão.

#### A — Obras impressas

1. O // PRINCIPE // DOS // PATRIARCAS // S. // BENTO // Primeiro Tomo // de sua Vida, discursada em Em // prezas Politicas e Predicaveis pe // lo M.to R. do Pe. Pregador Gerál // Fr. João dos Prazeres Chronista da Re // ligião deste Pay das Religioens Todas // Natural da Cidade do Porto // Offerecido // Ao Reverendissimo Pe. Fr. João Ozorio // D. Abbade Geral da Congregação // do mesmo Principe. // Na impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Caza Real, ee a sua custa // Em Lxa Clem.te Billingue inuento & abrio Anno 1683 //.

2. Idem... // Segundo Tomo (...) // discursada em emprezas // Politicas, & Moraes // Pelo (...) // Chronista Mòr da Congregação (...) // Offerecido ao Reverendissimo Padre FREI VICENTE DOS SANTOS, // D. Abbade Geral (...) // e por elle dedicado ao Eminentissimo Senhor // D. JOSEPH DE AGUIRRE // CARDEAL DA SANTA IGREJA ROMANA // Monje Benedictino // Lisboa // Na Officina de Joam Galram. Anno de 1690 //.

---

<sup>4</sup> Fr. Francisco de S. Luís, *Apontamentos Benedictinos*. Ms. Singeverga, 83 v.

3. ABECEDARIO // Real, // E REGIA INSTRUÇAM // de Principes Lusitanos, // Composto de 63. discursos Politicos, & Moraes // OFFERECIDO // AO SERENISSIMO PRINCIPE // DOM JOAM N. S. // Pelo (...) // Pregador Geral, & Chronista Mor da // Religião do Principe dos Patriarchas // SAM BENTO. // Lisboa // Na Officina de Miguel Deslandes // Impressor de S. Magestade. Anno de 1692.

Id. Nova edição com um estudo de Luis de Almeida Braga. Edições Gama, Porto. 1943. Colecção de Clássicos do Pensamento Político Português. N.º 3.

4. EPITOME // da admiravel vida de // S. GERTRUDES // A MAGNA, // Pelo (...) // OFFERECIDO // Ao Lado Sacramental de // JESU CHRISTO // Lisboa // Na Officina de Miguel Deslandes // Impressor de Sua Magestade // 1696.

Id. Nova edição. Lisboa Occidental. Na Officina de Musica. Anno de 1728.

#### B — *Manuscritos*

1. Terceiro Tomo de «O Príncipe dos Patriarcas S. Bento». O Manuscrito estava pronto para a impressão mas desapareceu com a morte do autor.

2. Quarto Tomo de «O Príncipe dos Patriarcas S. Bento». Estava incompleto e parece que lhe faltavam três Empesas.

3. Tesouro de Graças, ou Revelações e favores de Santa Gertrudes.

4. Teatro de Virtudes e Vícios.

5. Vida do Cardeal D. Veríssimo de Alencastro.

Diogo Barbosa Machado informa que todos estes manuscritos se conservavam, ao tempo, na livraria do mosteiro de S. Bento de Lisboa. Todavia não inclui, de certeza, o 3.º e 4.º tomos de «O Príncipe dos Patriarcas», pois ele mesmo os declara desaparecidos. Também os *Apontamentos Benedictinos* os dão como perdidos, embora digam que o Ms. Teatro de Virtudes e Vícios se conservava na biblioteca de S. Bento da Vitória. Fr. Marceliano da Ascensão<sup>5</sup>, fazendo o elenco dos manuscritos diz que

---

<sup>5</sup> Apontamentos bio-bibliográficos, n.º 36, in *Vários Papéis. Ms. BPMP.*, n.º 871.

«estes manuscritos foram entregues pelo P. Cronista ao P. P. Geral Fr. João Salgado com quem se confessava geralmente», e refere explicitamente o Ms. Teatro de Virtudes «cujos cadernos andaram anos na livraria do Porto». Hoje não se sabe do paradeiro de qualquer destes manuscritos, embora nos tenham alertado para a possível existência do Tomo Terceiro de «O Príncipe dos Patriarcas» na Biblioteca Pública Municipal do Porto, informação que, contudo, não pudemos averiguar.

### 3.º — Fr. João dos Prazeres e a polémica monástica

Com o findar do século XVII, Portugal descansa exausto do período das guerras da Restauração. Continua por isso a predominar entre nós a «mentalidade barroca, que anseia pelo fausto e pela exibição, nos círculos nobres como nos religiosos — uma religião de exuberância decorativa, aquietando-se nos ritos de subterrâneas inquietações, satisfazendo-se na exterioridade de uma insatisfeita interioridade»<sup>6</sup>. No Seiscentismo português, barroco e beato, com o «pujante incremento da fradaria», muitos religiosos vivem culturalmente embevecidos no edulcorado desfastio da literatura hagiográfica, como se os exemplos paradigmáticos por eles balofamente exaltados os compensassem do criticismo racionalista então emergente por obra dos estrangeirados. Na realidade, esses devotos escritores do amor de Deus e das virtudes e glórias de seus maiores parecem ignorar os desregramentos contra os preceitos da religião nos conventos e instituições religiosas. Afinal, a reforma católica tridentina não tinha perdurado. Basta lembrar as leis reais a proibir o amor freirático, que se repetirão ao longo do século XVII, e ainda as críticas sarcásticas e jocosas do poeta João Sucarello<sup>7</sup>.

Durante o Seiscentismo as instituições religiosas praticavam pouco a auto-crítica e viviam muito à base da glorificação exaltante dos seus fundadores e antepassados. Cada Ordem ou Congregação tinha o seu cronista que a todos lembrava os pródromos dum passado glorioso à medida que ia escrevendo os fastos do presente.

O século XVII é, por antonomásia, o século da historiografia religiosa e das crónicas monacais<sup>8</sup>. Tais obras não primavam pelo sentido crítico; muitas vezes eram apenas ocasião de exercícios literários ou então pretexto de diatribes apologéticas

---

<sup>6</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*. II vol., Lisboa, 1978, 2.ª ed. p. 396.

<sup>7</sup> Ler o repositório de poesias in Cristovão Alão de Moraes, *Miscelânea*. Ms. B. P. M. P., n.º 725.

<sup>8</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. Lisboa, 1979, 2.ª ed., pp. 85-96.

para valorizar e engrandecer a própria congregação no concerto das outras instituições religioso-monásticas. Vivia-se o fascínio empolgante e contagioso dos falsos cronicões de Higuera<sup>9</sup>, recebidos durante o domínio espanhol como literatura exemplar. Ninguém queria que a sua Ordem ficasse apoucada no número dos santos e muito menos na grandeza e maravilha da sua vida e milagres.

Fr. João dos Prazeres, um verdadeiro epígone do barroco gongórico, atingiu dentro da Ordem Beneditina o dignificante e cobiçado cargo de Cronista Mor, mas, curiosamente, não se deixou qualquer obra de verdadeira historiografia monástica. A *Beneditina Lusitana* de Fr. Leão de S. Tomás era ainda um válido e rico manancial de informações e uma caução suficiente da história beneditina portuguesa. Talvez por isso, e com certeza por causa da sua visão grandiosa da Ordem Beneditina iluminada pelo sol invicto de S. Bento, Fr. João dos Prazeres preferiu enveredar pela hagiografia, mas com acentos polémico-apologéticos. Insere-se, pois, na polémica entre os eremitas agostinhos de S. Jerónimo e os monges beneditinos que vai assumir entre 1640 e 1740 três fases distintas com conotações históricas, hagiográficas e jurídicas.

A fase histórica foi aberta pelos Jerónimos quando Fr. António da Purificação publicou o 1.º tomo da história da sua ordem<sup>10</sup> em que provocatoriamente tenta provar contra os Beneditinos que muitos santos antigos (S. Gregório, S. Torcato, S. Martinho de Dume, S. Frutuoso) e bem assim os mosteiros portugueses anteriores a 910, data da fundação de Cluny, tinham sido agostinhos. E como argumento abonatório da sua tese apela para os prolegómenos escritos por Fr. Leão de S. Tomás para a memória histórica da edição latina das Constituições da Congregação Beneditina<sup>11</sup>. Este Fr. A. da Purificação (+ 1658), testa dura por parte dos Jerónimos, era tripeiro de gema, nascido na freguesia de S. Nicolau, como o nosso Fr. João dos Prazeres.

A fase hagiográfica teve Fr. João dos Prazeres no epicentro da polémica. Em 1674 o cronista mor dos Jerónimos, Fr. Manuel Leal de Barros, publicava o *Crisol purificativo*<sup>12</sup> a apoucar S. Bento a quem tirava o principado do Monaquismo ocidental e o título de Príncipe dos Patriarcas. É assim que o ponto

---

<sup>9</sup> P. Jeronimo Román de la Higuera, S. J., *Cronicones*, 1611.

<sup>10</sup> Fr. António da Purificação, *Chronica da antiquíssima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas*. 2 vols., Lisboa, 1642-1656. Cfr. José Mattoso, *Introdução à Beneditina Lusitana*. T. I, pp. XXXI-XXXIII.

<sup>11</sup> *Constitutiones monachorum nigrorum ordinis S. P. Benedicti regnorum Portugallicae*. Coimbra, 1629. Cfr. José Mattoso, *Introdução à Beneditina Lusitana*. T. I, pp. XIX-XX.

<sup>12</sup> Fr. Manuel Leal de Barros, *Chrysol Purificativo em que se apura o Monacato do Grande Patriarcha, Doutor e Príncipe da Igreja S. Agostinho, e a sucessão continuada da Ordem Eremitica, que instituiu em Africa, e seus discipulos introduzirão na Provincia Lusitana*. Lisboa, 1674.

formal da discussão vai girar à volta da vida de S. Bento e de Santo Agostinho, sempre com os eremitas agostinhos de S. Jerónimo a quererem impor-se como os mais antigos de todos os regulares.

Enquanto cronista mor dos beneditinos, Fr. João dos Prazeres salta para a ribalta da polémica. Escreve então a refutar os argumentos do Dr. Leal e a glorificar a vida e milagres de S. Bento. Aí está, pois, *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento* e a sua vida discursada em empresas. O próprio Fr. João dos Prazeres se encarrega de explicar a alcance polémico-apologético com o captiulo *Rezam e defensam do titulo do livro*. Lá encontramos a tese de Fr. M. Leal de Barros e a argumentação contrária, explicitada à luz das intervenções dos papas a respeito dos eremitas agostinhos dos quais nunca se fala antes do IV Concílio de Latrão, em 1215. O beneditino recorre também à autoridade de Suarez e doutores de Lovaina para garantir que, do ponto de vista da crítica textual, a Regra de Santo Agostinho — *Epistola ad patres in eremo* — é apócrifa e «não foi parto de Santo Agostinho». E o capítulo termina lembrando que o Dr. Leal não está senão a seguir o que falsamente começou Fr. A. da Purificação e depois humildemente retratou, antes de morrer, no seu *Antidoto Augustiniano*<sup>13</sup>. Depois, no corpo da obra, é o espriar-se comprazido na contemplação das excelências de S. Bento e nas maravilhas da sua vida.

A fase jurídica tomou aspecto mais melindroso por causa da precedência concedida em 1718 aos Jerónimos na procissão «nacional» do *Corpus Christi* em Lisboa. Em 1728, os Beneditinos, apoiados pelos Cistercienses, apresentaram um protesto oficial na Nunciatura Apostólica de Lisboa juntamente com uma pontilhosa argumentação para que lhes fosse restituída a precedência. Os Jerónimos portugueses com o apoio dos espanhóis do Escorial apelaram, entretanto, para o Papa em Roma. Neste comenos, os Beneditinos obtinham do juiz da Nunciatura três declarações de precedência. Quando o decreto papal de Bento XIII (21/I/1728), favorável aos Jerónimos, chega a Lisboa já nada pode porque, segundo a jurisprudência da época, quando sobre uma causa se tivessem pronunciado três sentenças, nunca é admitida a parte contrária enquanto não tomar posse a que ganhou. E logo a seguir o rei português proibia qualquer correspondência com Roma. Assim os Beneditinos ganharam o pleito da precedência, se bem que se enveredasse de novo pelo caminho já cediço das escaramuças histórico-literárias<sup>13 a</sup>.

<sup>13</sup> Fr. Antonio da Purificação, *Antidoto Augustiniano em o qual se convencem e desfazem as fallacias, e enganos da Apologia intitulado Quinta essencia de Verdades escritas pelo Padre Fr. Gil de S. Bento*. Coimbra, 1660. T. III, Cap. 12, p. 119.

<sup>13 a</sup> Tomás Moral, Um pleito entre jerónimo y beneditinos portugueses en la primera mitad del siglo XVIII, in *Yermo*, vol. 11, n.º 1-2 (1973), pp. 255-296.

Durante cerca dum século, de 1640 a 1740 mais ou menos, o Portugal religioso e cultural viveu perplexo esta acrimoniosa e pesporrenta polémica entre Jerónimos e Beneditinos. Aparentemente estava em causa o primeiro lugar no Reino de Deus (Mc. 10, 35); na realidade tratava-se duma fútil bizantinice protocolar em que as instituições religiosas da Igreja se deixavam levar por critérios meramente humanos que Jesus tinha recusado (Lc. 14, 10). Hoje seríamos tentados a classificar esta polémica como uma ociosa questão de «fradaria» num tempo em que se era pouco sensível aos graves problemas do homem. O barroco cultista e conceptista acabara. Vai aparecer uma nova polémica accionada pelo Iluminismo de Verney. Como diz Silva Dias, «a polémica do Verdadeiro Método é o cólofon cultural do barroco no nosso país»<sup>14</sup> e é ela que finalmente irá também atrair os ambientes religioso-monásticos.

#### 4.º — Fr. João dos Prazeres e literatura emblemática

Fr. João dos Prazeres revela uma evidente preocupação pela forma literária que nos aparece algo rebuscada e artificial. Pertence ao Seiscentismo barroco em que tudo é formalista e os autores se preocupam sobretudo com a «arquitectónica da narrativa, as galas do discurso, e até as ficções mais ou menos teatrais com que se preencheram as épocas de que tudo se ignorava ou se desbanalizou muito acontecimento sem relevo»<sup>15</sup>. Na verdade, quanto à cultura, Fr. João dos Prazeres é um maneirista com reminiscências clássicas; quanto ao gosto e geito de escrever, é um gongórico, tributário do cultismo e conceptismo. Insere-se, portanto, nesse género de «literatura intragável», como dizia Raúl Brandão, produto, com raras excepções, de frades babosos e místicos que se não podem ler de fio a pavio»<sup>16</sup>. É, todavia, pelo mérito destes prosadores que a nossa língua ganha pujança, se moderniza, se despede dos arcaísmos clássicos e atinge o apogeu da sua individualidade<sup>17</sup>. Certamente que por coincidir, em grande parte, com o domínio espanhol e por causa

---

<sup>14</sup> J. Sebastião da Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia* (Secs. XVI a XVIII), in *Bíblia*, XXVIII (1952), p. 654.

<sup>15</sup> Hernani Cidade, *A cultura portuguesa dos séculos XV e XVI*, in *Bíblia*, XXVIII (1952), p. 454.

<sup>16</sup> Raúl Brandão, *Vale de Josafat. Memórias*. Vol. III. *Seara Nova*. Lisboa, 1933, p. 275.

<sup>17</sup> «A grandeza literária do nosso século XVII está na prosa: é a personalidade e a experiência de Vieira, a subtilidade e o estilo de Bernardes e dos prosadores agora voltados para a biografia e a apologética, e daí para as notações da vida corrente e dos prodígios religiosos», Vitorino Nemésio apud Alvaro Manuel Machado, *Quem é quem na Literatura Portuguesa*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1979, pp. 247-248.



do gosto gongórico de lá proveniente, este período literário tem sido mal estudado e um pouco distorcido<sup>18</sup>. E, contudo, como argutamente observava há anos o literato brasileiro Solidônio Leite<sup>19</sup>, neste período avulta uma longa teoria de *clássicos esquecidos*, entre os quais lembra expressamente Fr. João dos Prazeres. Hoje, o único compêndio de literatura a referir-se-lhe é o de Audrey Bell que o diz influenciado por Vieira<sup>20</sup>. No tempo do Corporativismo político quiseram ainda ressuscitá-lo fazendo dele um teórico do sistema, reeditando-lhe o *Abecedário Real* com uma fastidiosa introdução de filosofia política. Entretanto, já Inocêncio afirmava que as obras de Fr. João dos Prazeres são reputadas entre os críticos como correctas em linguagem, a fazer autoridade ; e diz mesmo que o P.e Francisco José Freire (Cândido Lusitano) nas suas *Reflexões sobre a língua portuguesa* (parte II, p. 61), por mais duma vez o cita neste sentido<sup>21</sup>.

Não podemos analisar aqui a linguagem de Fr. João dos Prazeres que, em *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento* é rebuscada e pretenciosa, menos fluente e límpida que no *Abecedário*. Diremos, apesar de tudo, que é rica de vocabulário e prolixa no uso de processos retóricos que tornam as frases demasiado empoladas e o estilo algo túrgido e espalhafatoso. É a embriaguez das metáforas e alegorias, das antíteses e hipérboles, dos arrebiques e preciosismos para assombrar e deslumbrar, fazendo da literatura um exercício pretensamente aristocrático e maneirista, e tudo isso por causa da visão maneirista do mundo. Mas, se o maneirismo pode ser o pecado original de Fr. João dos Prazeres, de maneira alguma podemos deixar de considerar este autor como um expoente representativo dessa corrente com lugar certo na nossa literatura.

A nota saliente da técnica formal artístico-literária de Fr. João dos Prazeres, que a alguns parecerá como novidade recém-descoberta, é o uso e o domínio perfeito da *Emblemática*. De facto, ele é um dos paladinos e cultores da Emblemática que diríamos decadente.

Emblema é toda a representação figurada duma ideia, imagem plástica significativa de realidades transcendententes, sentimentos religiosos, virtudes morais. Em literatura, geralmente, junta-se-lhe uma legenda ou divisa (Empresa). A Emblemática parte do sim-

---

<sup>18</sup> Cfr. L. A. Verney, *Verdadeiro Método de estudar*. Sá da Costa. Lisboa, 1950, vol. II. p. 120 (Carta VII); Card. Saraiva, *Obras Completas*, T. X. Lisboa, 1883: *Memória sobre o estado das letras em Portugal na primeira metade do século XVIII*, p. 167; Camilo Castelo Branco, *Curso de Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1876, pp. 27-31; Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923.

<sup>19</sup> Solidônio Leite, *Clássicos esquecidos*. Rio de Janeiro, 1914, pp. 147-157.

<sup>20</sup> Aubrey F. G. Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*. Trad. do inglês, Lisboa, 1971, p. 359.

<sup>21</sup> Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. T. IV, Lisboa, 1860.

bolismo e da alegoria, e as representações emblemáticas são tão antigas como o homem. Árvores, animais e homens fornecem uma enorme teoria de tópicos figurativos que são explorados em diversos campos do saber humano. Encontramos, portanto, referências emblemáticas já na Bíblia e nas obras literárias greco-romanas. Na Idade Média elas desenvolvem-se sobretudo através do simbolismo que reunificou as correntes naturais da zoologia e da botânica. Mas é principalmente na Renascença que o conhecimento científico da natureza e o regresso às fontes literárias dos autores clássicos favorecem, na arte e na literatura, uma riquíssima simbologia que terá na Emblemática a sua expressão figurativa adequada. A literatura emblemática é, pois um jogo de engenho, uma composição artístico-literária que unindo entre si a representação (corpo, figura, pintura, emblema) e a empresa ou divisa, as vai glosando em considerações didáticas e morais. A partir da Renascença estiveram muito em voga os emblemas e sua alegorização como técnica artístico-literária ao serviço da filosofia, da teologia, da parenética, da moral, da história, etc. Os jesuitas, mestres da educação da juventude, usaram muito os emblemas como meios visuais para a inspiração e montagem de festas pedagógico-recreativas. É, portanto, do uso e gosto desta prática que resulta a literatura emblemática, indispensável para compreender muitas alusões literárias do Classicismo e do Barroco.

O primeiro repositório orgânico de emblemas é a obra de André Alciati, aparecida em 1531 e que teve mais de 150 reedições<sup>22</sup>. Camões, na Ode VII, est. 7, decalca o emblema n.º 120 de Alciati: menino com asas na mão esquerda e pedra dependurada do braço direito (símbolos do talento e da pobreza). Depois, o uso da literatura emblemática tornou-se um autêntico divertimento nos séculos XVII-XVIII, a ponto de Verney a qualificar uma das «ridicularias» do Seiscentismo<sup>23</sup>. A obra de Filipe Picinello vai ser a enciclopédia da emblemática<sup>24</sup>. Com forte impacto na Itália e na Espanha, a emblemática chegou também a Portugal, mas está absolutamente por fazer o levantamento deste tipo de literatura. O moderníssimo *Dicionário de Litera-*

---

<sup>22</sup> Andrea Alciati, *Emblematum liber*. Augusto, 1531. Cfr. Diego Lopez, *Declaración magistral sobre los Emblemas de Andrés Alciati con todas las Historias, Antiquidades, Moralidades y doctrina tocante a las buenas costumbres...* Nájera, 1615; A. Sanches, *La literatura emblema española, Siglos XVI y XVII*. Madrid, 1971; Mario Praz, *Studies in Seventeenth-Century Imagery*. Roma, 1964, 2.ª ed.; Id., *Studi sul concettismo*. Sansoni, 1934; J. Leite de Vasconcelos, *Emblemas de Alciati*, Porto, 1917.

<sup>23</sup> L. A. Verney, *Verdadeiro Método de estudar*. Sá da Costa. Lisboa, 1950, vol. II, p. 120.

<sup>24</sup> Philipus Picinellus, *Mundus symbolicus in emblematum universitate formatus...* (1684), na tradução latina de Agostinho Erath publicada em Coloniae Agrippinae, 1729; A. Henkel-A. Schöne, *Emblemata. Handbuch zur Sinnbildkunst...*, Stuttgart, 1967; Julián Gállego, *Vision y Símbolos en la pintura española del siglo de oro*. Madrid, 1972.

tura<sup>25</sup> não faz qualquer referência à literatura emblemática, como tal. Rafael Bluteau nas suas *Prosas Portuguesas*<sup>26</sup>, entre vários tipos de prosa, apresenta a *Prosa Simbólica*, fundamento da alegoria na qual a emblemática se inscreve. Nela distingue seis tipos de figuras enigmáticas (letras, sílabas, palavras, corpos com letra e imagens de homens ou mulheres). Entre os corpos com letra (emblemas) aponta uma série deles que se tornaram paradigmáticos e comuns entre os escritores.

Para ser completa, a literatura emblemática deveria associar a imagem plástica ilustrativa, reproduzida em xilogravura, à respectiva divisa ou empresa. Ora a quase totalidade dos escritores usaram a emblemática de maneira ocasional e transeunte, sem a ilustração correspondente.

Fr. João dos Prazeres aplicou no *Abecedário* a arte simbólica das palavras agrupadas em tríades conceituosas segundo as letras do alfabeto. Cada letra dava-lhe aso para apresentar três adjectivos qualificativos das virtudes requeridas no Príncipe: *A* — Amante, Amado, Animoso; *D* — Dócil, Discreto, Desinteressado; *P* — Parco, Proveitoso, Pacato. Anteriormente, porém, em *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento* applicara a rigor e de maneira sistemática e permanente a prosa emblemática. Cada capítulo, posto sob a temática duma empresa e por isso também ele chamado Empresa, é encimado pela reprodução em xilogravura dum emblema e respectiva divisa que o autor glosa longamente em função da vida de S. Bento. Aqui está uma das raridades e preciosidades desta obra. Ao todo, nos dois tomos, são 64 empresas (31 no T. I, 33 no T. II), todas diferentes. Numa obra sistemática e longa era preciso ordenar os temas segundo uma lógica predeterminada, escolher os emblemas e divisas adequadas e, depois, ilustrá-los literariamente. Isto exigia arte e agudeza de engenho e, necessariamente, espartilhava a inspiração e reacções espontâneas do autor, o que tornava este tipo de literatura demasiado formalista, artificial e complicada.

A título de exemplo, eis um breve mostuário selectivo das Empresas:

### *Tomo I*

*1.ª Empresa* — «Não é o Príncipe obrigado à lei. S. Bento, como era Príncipe, foi isento da comum».

*Emblema* — Uma Fénix sobre a pira.

*Divisa* — «Privilegium majestatis».

---

<sup>25</sup> *Dicionário de Literatura*. Direcção de Jacinto Prado Coelho. 5 vols., 3.ª ed., 1978.

<sup>26</sup> Rafael Bluteau, *Prosas Portuguesas*, II vol., Lisboa, 1728, pp. 11-106.

2.<sup>a</sup> *Empresa* — «O Príncipe em suas obrigações não há-de ter descanso. S. Bento, como era Príncipe, não descansou».

*Emblema* — O Sol dardejante.

*Divisa* — «Non quiescit».

## Tomo II

17.<sup>a</sup> *Empresa* — Da parte de Deus promete o anjo a S. Bento cinco excelências. A primeira, que sua religião duraria até ao fim do mundo. Obrigação é do Príncipe engrandecer e perpetuar a nobreza do seu reino».

*Emblema* — Águia a voar para o ninho no alto dum monte.

*Divisa* — «Ne pereat immunitas».

E é assim com estas *Empresas de S. Bento* que Fr. João dos Prazeres exalta as virtudes da vida do Pai do Monaquismo Ocidental que, já nos nossos dias, Paulo VI (24/X/1964) proclamou Padroeiro da Europa. Como se viu, as empresas correspondem ao gosto da época, literariamente virada para os malabarismos do engenho. Na análise dos elementos fácil é encontrar-lhe antecedentes na Itália donde, através da Espanha, se passaram para Portugal. Só da Espanha é muito provável que Fr. João dos Prazeres seguisse de perto a obra paradigmática e conhecida de Diego Saavedra Fajardo (1584-1648), Fr. Nicolás de la Iglesia (1659), Solórzano Pereira (1653), Francisco Nuñez de Çepeda (1682), etc.<sup>27</sup>. Isto quanto à ideia das empresas, porque quanto a dados sobre a vida de S. Bento corriam então muitos escritos para além daqueles que cita adrede<sup>28</sup>.

A forma sistemática como Fr. João dos Prazeres aplica as empresas parece ter deixado admirados os próprios censores e deixa-nos antever que a sua aplicação fosse uma novidade entre nós. O censor da Ordem Beneditina dizia: «... de tal sorte dis-

---

<sup>27</sup> Diego Saavedra Fajardo, *Idea de un Principe Politico Cristiano representada en 100 empresas*. Münster, 1640; Fr. Nicolás de la Iglesia, *Flores de Miraflores...* Burgos, 1659; Solórzano Pereira, *Emblemata centum, regio politica...* s. 1. (Madrid), s. d. (1653); Francisco Nuñez Çepeda, *Idea de el buen Pastor copiada porllos Stos. Doutores representada en Empresas Sacras con Avisos Espirituales, Morales, Politicos y Economicos para el gobierno de un Principe Eclesiástico*. Leon, 1682.

<sup>28</sup> F. Nicolas, *Benedictina en que trata la milagrosa vida del glorioso S. Benito, Patriarca de los monges, con una breve recapitulación de las Regiones, que le reconocem por Padre, assi monasticas como militares...* Salamanca, 1604; Fr. Alonso de S. Vitores, *El Sol del Occidente N. Glorioso Padre S. Benito, Principe de todos los monjes Patriarca de las Religiones todas*. T. I, Madrid, 1645; T. II, 1647.

cursa em Empresas politicas a vida de nosso grande Patriarca, que se remonta até as últimas Esferas da Curiosidade, ostentando pomposamente seu grande engenho e muito estudo» (T. I, p. 1), e, por sua vez, o censor do Santo Ofício sublinhava: «julgo muy digno de se dar a estampa... as qualidades do Autor do Livro na curiosa inventiva das Empresas» (T. I, p. 2).

Como quer que seja, a «curiosa inventiva das Empresas» de Fr. João dos Prazeres ganhou adeptos e fez escola, pelo menos entre os beneditinos portugueses dos séculos XVII-XVIII. As Empresas tornaram-se «prado de aprasível recreio» (T. II, p. 3) para vários beneditinos que tentaram imitá-las e aplicá-las a outros santos da Ordem: Fr. Cristovão de Almeida (1704), escreveu «*Vida de N. Padre Santo Amaro, por Empresas*» que Barbosa Machado diz «primorosamente debuxadas» e os *Apontamentos beneditinos* do Cardeal Saraiva referem como existindo em Bostelo; Fr. Francisco da Encarnação, natural do Porto, também ele compôs uma «*Vida de Santa Gertrudes Magna em Empresas Políticas e Predicáveis*» que, segundo Fr. Marceliano da Ascensão<sup>29</sup>, se conservava em Refojos de Basto, posta em limpo e dedicada ao D. Abade Geral Fr. Paulo da Assunção (1725-28). Infelizmente todos estes textos desapareceram.

Para terminar, em homenagem a S. Bento, Padroeiro da Europa, cujo XV Centenário do Nascimento se celebrará em 1980, vamos saborear um trecho antológico e significativo sobre a perenidade da Ordem Beneditina, única fundada antes do ANO MIL, por isso que S. Bento, como águia, a construiu nas alturas: «No monte de Subiaco, aonde S. Bento se fortificou contra os vícios, fundou o Solar: a pedra Etites, e Acates que o firmou e reparou de todos os perigos foi o mesmo Deus, prometendo a S. Bento, duraria a sua Religião enquanto existisse o mundo. O templo de Diana Efesina estava edificado com tal arte, que o não abalavam os terremotos. Mas se resistia aos tremores, não se isentou dos incêndios. O templo de Sísico, que igualava aos maiores do mundo nas riquezas, arruinou-o um terramoto da terra. O palácio, que edificou o imperador Cam em a cidade Cambaliense, competia na arquitectura com o templo de Salomão; não pôde sua magnificência resistir aos raios, um o reduziu a cinsas. O palácio dos reis de Mangalu, com inumeráveis aposentos adereçados e cobertos todos de ouro, o mesmo peso lhe serviu de ruína. Empenhou-se a demência de Chebrene, rei do Egipto, em fazer um palácio que fosse eterno, e mediu-lhe a altura dos alicerces pela que determinava dar ao edificio; pôde mais o tempo do que o architecto, com que hoje não aparece mais que um montão de pedras. Os edificios, que são partos de vanglória e soberba humana, como lhe falta o fim que os

---

<sup>29</sup> Fr. Marcellano da Ascensão, *Apontamentos bio-bibliográficos de Beneditinos ilustres*, n.º 23, in *Vários Papéis*. Ms. da B. P. M. P., n.º 871.

perpetua, que é a glória de Deus e a utilidade de seus servos, carecem de defensivo que os eternisa.

Com as excelências do templo de Salomão enobreceu Deus a Ordem de S. Bento. Santificou Deus o Templo para depósito de Seu nome e emprego de Seus olhos enquanto existisse o mundo. Predestinou Deus a esta Religião para que sempre O louvassem enquanto no mundo houvessem criaturas. Perdeu o templo de Salomão o privilégio porque seu fundador perdeu a graça; conserva a Religião de S. Bento a indulgência porque seu Patriarca conservou a virtude» (T. II, Empr. XVII, n.ºs 310-311, p. 227).

Foi esta grandeza de S. Bento, perpetuada através da Ordem Beneditina, o motivo inspirador da actividade literária de Fr. João dos Prazeres que, com *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento... sua vida discursada em Emprezas*, é, em Portugal, o maior, o mais sistemático e o mais lídimo representante da *Literatura Emblemática*.